

BENEDICT ANDERSON

# Comunidades imaginadas

*Reflexões sobre a origem e a  
difusão do nacionalismo*

*Tradução*  
Denise Bottman

*2ª reimpressão*



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © Benedict Anderson, 1983, 1991

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

*Título original*

Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism

*Capa*

Mariana Newlands

*Foto de capa*

Todos os esforços foram feitos para determinar a origem da imagem de capa, e teremos prazer em creditar a fonte, caso se manifeste.

*Preparação*

Gissela Mate

*Índice remissivo*

Luciano Marchiori

*Revisão*

Marise S. Leal

Valquíria Della Pozza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Anderson, Benedict R.

Comunidades imaginadas : reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo / Benedict Anderson ; tradução Denise Bottman. — São Paulo : Companhia das Letras, 2008.

Título original : Imagined communities : reflections on the origin and spread of nationalism

Bibliografia.

ISBN 978-85-359-1188-6

I. Nacionalismo - História I. Título.

08-00975

CDD-320.54

Índice para catálogo sistemático:

I. Nacionalismo : Ciência política 320.54

[2011]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

*A minha mãe e a Tantiëtte, com amor e gratidão*

*Ele considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.*  
 Walter Benjamin, *Iluminações*

*Então de uma Mistura de todo tipo se  
 fez Aquela Coisa Heterogênea, Um Inglês:  
 Em ansioso estupro e furiosa luxúria gerado  
 Entre um escocês e um bretão pintalgado:  
 Cuja prole fértil depressa aprendeu a se curvar,  
 E ao arado romano as suas novilhas subjugar:  
 De onde uma Raça híbrida Mestiça surgiu então,  
 Sem Fala nem Fama, nem Nome ou Nação.  
 E agora Mesclas de Saxão e Dinamarquês logo  
 Surgiram infundidas nas suas Veias de fogo.  
 Enquanto as suas Filhas de Escol, seguindo os Pais,  
 Com Promíscua Luxúria às Nações se davam sem mais.  
 Essa Raça Nauseante continha mesmo, sem hesitação,  
 O Sangue dos Ingleses de boa extração...  
 Daniel Defoe, *The true-born Englishman**

## Sumário

Apresentação: Imaginar é difícil (porém necessário) . . . . .	9
Prefácio à segunda edição . . . . .	19
Agradecimentos . . . . .	25
Introdução . . . . .	26
1. Raízes culturais . . . . .	35
2. As origens da consciência nacional . . . . .	71
3. Pioneiros crioulos . . . . .	84
4. Velhas línguas, novos modelos . . . . .	107
5. Imperialismo e nacionalismo oficial . . . . .	127
6. A última onda . . . . .	163
7. Patriotismo e racismo . . . . .	199
8. O anjo da história . . . . .	216
9. Censo, mapa, museu . . . . .	226
10. Memória e esquecimento . . . . .	256
Posfácio . . . . .	281
Bibliografia . . . . .	311
Índice remissivo . . . . .	319

## 10. Memória e esquecimento

### ESPAÇO: NOVO E VELHO

New York, Nueva Leon, Nouvelle Orléans, Nova Lisboa, Nieuw Amsterdam. Já no século XVI, os europeus tinham começado a adotar o estranho hábito de denominar lugares remotos, primeiro nas Américas e na África, depois na Ásia, Austrália e Oceania, como “novas” versões de (portanto) “velhos” topônimos em suas terras de origem. Além disso, eles mantiveram a tradição mesmo quando esses lugares passaram para outros senhores imperiais, de modo que Nouvelle Orléans se tornou tranquilamente New Orleans e Nieuw Zeeland, New Zealand.

Não que, de modo geral, o uso do adjetivo “novo” para nomear locais políticos ou religiosos fosse tão inédito assim. No Sudeste Asiático, por exemplo, há cidades razoavelmente antigas cujos nomes trazem o termo indicando novidade: Chiangmai (Cidade Nova), Kota Bahru (Vila Nova), Pekanbaru (Mercado Novo). Mas, nesses nomes, “novo” significa invariavelmente “sucessor” ou “herdeiro” de algo desaparecido. “Novo” e “velho”

estão alinhados diacronicamente, e o primeiro deles parece sempre invocar uma ambígua bênção dos mortos. O que é desconcertante nos nomes americanos dos séculos XVI a XVIII é que “novo” e “velho” eram entendidos sincronicamente, coexistindo dentro do tempo vazio e homogêneo. Vizcaya está *ao lado de* Nueva Vizcaya, New London *ao lado de* London: um idioma que mais indicava rivalidade entre irmãos do que de sucessão hereditária.

Essa inédita novidade sincrônica só podia surgir historicamente quando houvesse grupos consideráveis de pessoas em condições de se conceberem vivendo vidas *paralelas* às de outros grupos consideráveis de gente — mesmo que nunca se encontrassem, mas com certeza seguindo a mesma trajetória. Entre 1500 e 1800, um acúmulo de inovações tecnológicas — na construção de navios, navegação, horologia e cartografia, com a mediação do capitalismo editorial — foi tornando possível esse tipo de criação de imagens.<sup>1</sup> Tornou-se concebível morar no planalto peruano, nos pampas da Argentina ou nos portos da “Nova” Inglaterra, e mesmo assim sentir-se ligado a certas regiões ou comunidades, a milhares de quilômetros de distância, na Inglaterra ou na península Ibérica. A pessoa podia ter plena consciência de compartilhar língua e credo religioso (em graus variáveis), costumes e tradições, sem grandes expectativas de algum dia conhecer seus companheiros.<sup>2</sup>

1. Esse acúmulo atingiu um zênite desenfreado na tentativa “internacional” (i. é, europeia) de se encontrar uma medida exata da longitude, narrada de maneira divertida *in* Landes, *Revolution in time*, capítulo 9. Em 1776, quando as Treze Colônias se declararam independentes, o *Gentleman's Magazine* incluiu esse curto necrológio de John Harrison: “Ele foi um mecânico extremamente engenhoso, e ganhou o prêmio de 20 mil libras [de Westminster] pela descoberta da longitude [sic].”

2. A difusão tardia dessa consciência na Ásia é habilmente mencionada nas primeiras páginas de *Bumi Manusia* [Terra da Humanidade], o grande romance histórico de Pramoedya Ananta Toer. O jovem herói nacionalista brinca que nasceu na mesma data da futura rainha Guilhermina: 31 de agosto de 1880. “Mas, enquanto a minha ilha estava envolta na escuridão da noite, o país dela estava banhado de sol; e se o seu país era abraçado pelo negrume da noite, a minha ilha brilhava à plena luz equatorial”, p. 4.

Para que esse senso de paralelismo ou simultaneidade pudesse surgir e também ter vastas consequências políticas era necessário que a distância entre os grupos paralelos fosse grande, e que o mais novo deles tivesse um tamanho considerável e fosse estabelecido de forma duradoura, além de estar solidamente subordinado ao mais velho. Essas condições foram encontradas nas Américas, como nunca ocorrera antes. Em primeiro lugar, a imensidão do oceano Atlântico e as condições geográficas profundamente diferentes em cada um de seus lados impediam aquela forma de absorção gradual dos povos dentro de unidades político-culturais mais amplas que transformou Las Españas na Espanha e submergiu a Escócia dentro do Reino Unido. Em segundo lugar, como vimos no capítulo 3, a migração europeia para as Américas se deu em escala realmente impressionante. No final do século XVIII, havia nada menos que 3,2 milhões de “brancos” (incluindo no máximo 150 mil *peninsulares*) no total de 16,9 milhões de habitantes do Império Ocidental dos Bourbon espanhóis.<sup>3</sup> O puro e simples tamanho dessa comunidade de imigrantes, tanto quanto a sua esmagadora superioridade militar, econômica e tecnológica em relação aos povos indígenas, garantia que ela mantivesse coesão

3. Desnecessário dizer que a classificação “branco” era uma categoria legal que mantinha uma relação claramente tangencial com as complexas realidades sociais. Como disse o próprio Libertador, “*nós somos a progênie desprezível dos espanhóis predadores que vieram à América para sangrá-la e procriar com as suas vítimas. Mais tarde, os frutos ilegítimos dessas uniões se juntaram com a progênie dos escravos trazidos da África*”. Grifo meu. Lynch, *The Spanish-American revolutions*, p. 249. Deve-se ter cuidado para não ver nada de “eternamente europeu” nesse *criollismo*. Se lembrarmos todos aqueles Da Souza devotamente budista-singhaleses, aqueles Da Silva piedosamente católico-florineses e aqueles Soriano cinicamente católico-manilenses, que não têm problemas em desenhar papéis sociais, econômicos e políticos no Ceilão, na Indonésia e nas Filipinas contemporâneas, poderemos reconhecer que, sob as circunstâncias adequadas, os europeus podiam ser suavemente absorvidos nas culturas não europeias.

cultural e ascendência política local.<sup>4</sup> Em terceiro lugar, a metrópole imperial dispunha de formidáveis aparatos burocráticos e ideológicos que lhe permitiram impor a sua vontade sobre os crioulos durante vários séculos. (Quando pensamos nos problemas puramente logísticos, a capacidade de Londres e Madri de empreender longas guerras contrarrevolucionárias sobre os colonos americanos rebeldes é realmente impressionante.)

A novidade de todas essas condições se patenteia numa comparação com as grandes migrações árabes e chinesas (mais ou menos na mesma época) para o Sudeste Asiático e a África Oriental. Essas migrações raramente foram “planejadas” por alguma metrópole, e ainda mais raramente criaram relações estáveis de subordinação. No caso chinês, a única leve semelhança é a extraordinária série de viagens atravessando o oceano Índico, comandadas, no começo do século XV, pelo brilhante almirante eunuco Cheng-ho. Esses empreendimentos arrojados, por ordens do imperador Yung-lo, tinham como objetivo impor um monopólio real sobre o comércio exterior com o Sudeste Asiático e as regiões mais a oeste, contra as depredações dos mercadores chineses privados.<sup>5</sup> Em meados do século, ficou claro o fracasso dessa política, e a dinastia Ming abandonou as aventuras ultramarinas e fez tudo o que pôde para impedir a emigração do Império do Centro. A queda do sul da China nas mãos dos manchus em 1645 provocou um grande fluxo de refugiados para o Sudeste Asiático, que consideravam impensável qualquer laço político com a nova dinastia. A política Ching subsequente não diferia muito da dos últimos Ming.

4. Compare com o destino da enorme migração africana. Os mecanismos brutais da escravidão acarretaram não só a sua fragmentação político-cultural, mas também eliminaram rapidamente a possibilidade de imaginar comunidades negras na Venezuela e na África Ocidental seguindo uma trajetória paralela.

5. Ver O. W. Wolters, *The fall of Srivijaya in Malay history*, apêndice C.

Em 1712, por exemplo, o imperador Kang-hsi promulgou um edito proibindo todo e qualquer comércio com o Sudeste Asiático e declarou que o seu governo iria “solicitar aos governos estrangeiros que repatriem os chineses que estejam no exterior, para que possam ser executados”.<sup>6</sup> A última grande onda de migração ultramarina ocorreu no século XIX, quando a dinastia se desintegrou e surgiu uma enorme demanda de mão de obra chinesa não qualificada no Sião e no Sudeste Asiático colonial. Como quase todos os migrantes estavam politicamente afastados de Pequim, e além disso eram pessoas analfabetas falando línguas mutuamente incompreensíveis, eles foram mais ou menos absorvidos pelas culturas locais ou ficaram terminantemente subordinados aos europeus que avançavam.<sup>7</sup>

Quanto aos árabes, a maioria dos fluxos migratórios proveio do Hadramaut, que nunca foi uma verdadeira metrópole na época do Império Otomano e do Império Mughal. Indivíduos mais empreendedores até conseguiam fundar principados locais, como é o caso do mercador que fundou o reino de Pontianak em Bornéu ocidental, em 1772; mas ele se casou com uma local, logo perdeu a sua “condição de árabe”, se não o seu islamismo, e manteve-se subordinado aos impérios holandês e inglês que então surgiam no Sudeste Asiático, e não a qualquer potência do Oriente Próximo. Em 1832, Sayyid Sa'id, senhor de Muscat, montou uma base poderosa na costa oriental africana e estabeleceu-se na ilha de Zanzibar, convertendo-a no centro de uma florescente economia baseada no cultivo de cravo-da-índia. Mas os britânicos usaram meios milita-

6. Cit. in G. William Skinner, *Chinese society in Thailand*, pp. 15-6.

7. As comunidades chinesas no ultramar pareciam ser de dimensões suficientes para despertar uma profunda paranoia europeia até a metade do século XVIII, quando finalmente cessaram as terríveis perseguições dos europeus contra os chineses. A partir daí, essa desagradável tradição foi transferida para as populações indígenas.

res para levá-lo a romper seus laços com Muscat.<sup>8</sup> Assim, nem os árabes nem os chineses, embora aventurando-se no ultramar em enormes ondas migratórias mais ou menos nos mesmos séculos que os europeus ocidentais, conseguiram estabelecer comunidades coesas, prósperas, conscientemente crioulas, subordinadas a um grande centro metropolitano. Por isso o mundo nunca viu o nascimento de nenhuma Nova Basra ou Nova Wuhan.

O duplo caráter das Américas e as suas respectivas razões, acima esboçadas, ajudam a explicar por que o nacionalismo surgiu primeiro no Novo Mundo, e não no Velho Mundo.<sup>9</sup> Também elucidam duas características peculiares das guerras revolucionárias que assolaram o Novo Mundo entre 1776 e 1825. Por um lado, nenhum revolucionário crioulo sonhou em manter o império intacto apenas rearranjando a distribuição interna do poder, *invertendo* a relação anterior de sujeição e transferindo a metrópole de uma sede europeia para uma sede americana.<sup>10</sup> Em outras palavras, o objetivo não era que New London sucedesse, derrubasse ou destruísse Old London, e sim salvaguardar o paralelismo entre ambas. (Para avaliar quão inédito era esse estilo de pensamento, é só levar em conta a história dos impérios anteriores na fase do seu declínio, quando era frequente o sonho de *substituir* o velho centro.) Por outro lado, embora essas guerras causassem

8. Ver Marshall G. Hodgson, *The venture of Islam*, vol. 3, pp. 233-5.

9. Um sinal impressionante do profundo enraizamento do eurocentrismo é o fato de que inúmeros estudiosos europeus continuam, a despeito de todas as evidências, considerando o nacionalismo como uma invenção europeia.

10. Mas veja o caso irônico do Brasil. Em 1808, o rei d. João VI se refugiou no Rio de Janeiro, para escapar ao exército de Napoleão. Embora Wellington tivesse expulsado os franceses em 1811, o monarca emigrado, temendo a agitação republicana em Portugal, permaneceu na América do Sul até 1822, de forma que o Rio foi, entre 1808 e 1822, o centro de um império mundial que se estendia até Angola, Moçambique, Macau e Timor Leste. No entanto, esse império era comandado por um europeu, não por um sul-americano.

imensos sofrimentos e fossem marcadas por grandes barbaridades, estranhamente, não era muito o que estava em jogo. Fosse na América do Norte ou na América do Sul, os crioulos não precisavam temer o extermínio físico nem a escravização, ao contrário do que ocorreu com tantos outros povos que estavam no caminho do avanço destruidor do imperialismo europeu. Afinal, eles eram “brancos”, cristãos e falavam o espanhol ou o inglês; eram também os intermediários necessários às metrópoles, para que a riqueza econômica dos impérios ocidentais pudesse continuar sob o controle europeu. Assim, eles constituíam o único grupo extraeuropeu significativo, submetido à Europa, que não precisava morrer de medo da metrópole. As guerras revolucionárias, por mais duras que fossem, ainda assim eram tranquilizadoras, na medida em que eram guerras entre parentes.<sup>11</sup> Esse vínculo familiar garantia que, após um certo período de ressentimento, fosse possível reatar íntimos laços culturais, e às vezes políticos e econômicos, entre as ex-metrópoles e as novas nações.

#### TEMPO: NOVO E VELHO

Para os crioulos do Novo Mundo, os estranhos topônimos discutidos acima representavam figurativamente a sua incipiente capacidade de se imaginarem como comunidades *paralelas e comparáveis* às da Europa; no entanto, alguns acontecimentos extraordinários no último quarto do século XVIII, de súbito, conferiram a essa novidade um significado inteiramente novo. O primeiro deles

11. Sem dúvida foi isso que permitiu que o Libertador, a certa altura, exclamasse que uma revolta negra, isto é, de escravos, seria “mil vezes pior do que uma invasão espanhola” (ver acima, p. 86). Uma *jacquerie* escrava, se vitoriosa, poderia significar o extermínio físico dos crioulos.

foi, com certeza, a Declaração de Independência das Treze Colônias em 1776, e sua defesa militar vitoriosa nos anos seguintes. Essa independência, e o fato de ser *republicana*, foi vista como algo absolutamente inédito, mas ao mesmo tempo também, após ter ocorrido, absolutamente razoável. Por isso, quando a história possibilitou, em 1811, que os revolucionários venezuelanos redigissem uma Constituição para a Primeira República Venezuelana, eles não viram nenhum servilismo em se apoderar *verbatim* da Constituição dos Estados Unidos da América.<sup>12</sup> Pois o que as pessoas na Filadélfia tinham escrito não era, aos olhos dos venezuelanos, algo norte-americano, e sim algo de verdade e valor universais. Logo depois, em 1789, a explosão no Novo Mundo teve o seu *paralelo* no Velho Mundo, com a irrupção vulcânica da Revolução Francesa.<sup>13</sup>

Hoje é difícil imaginar um tipo de vida em que se percebia a nação como algo completamente novo. Mas era assim naquela época. A Declaração de Independência de 1776 não faz absolutamente nenhuma referência a Cristóvão Colombo, a Roanoke ou aos Pais Peregrinos, e tampouco se apresenta qualquer justificativa de tipo “histórico” para a independência, no sentido de ressaltar a antiguidade do povo americano. Na verdade, e o que é incrível, nem sequer se menciona a nação americana. Logo se espalhou uma profunda sensação de que estava ocorrendo uma ruptura radical com o passado — um certo “explodir o *continuum* da história”? Nada ilustra melhor esse sentimento do que a decisão, tomada pela *Convention Nationale* em 5 de outubro de 1793, de jogar no lixo o secular calendário cristão e inaugurar uma nova era mundial com o Ano 1, começando pela abolição do *ancien régime*

12. Ver Masur, *Bolívar*, p. 131.

13. A Revolução Francesa, por sua vez, teve o seu *paralelo* no Novo Mundo com a insurreição de Toussaint L'Ouverture em 1791, que em 1806 resultou na segunda república independente do hemisfério ocidental, no Haiti, fundada por obra de ex-escravos.

e a proclamação da República em 22 de setembro de 1792.<sup>14</sup> (Nenhuma revolução posterior teve essa sublime confiança na novidade, mesmo porque a Revolução Francesa sempre tem sido vista como uma ancestral.)

Desse profundo sentido de novidade surgiu também *nuestra santa revolución*, o belo neologismo criado por José Maria Morelos y Pavón (proclamador da República do México em 1813), pouco tempo antes de ser executado pelos espanhóis.<sup>15</sup> Dele também surgiu o decreto de San Martín, de 1821, determinando que, “no futuro, os aborígenes não serão chamados índios ou nativos; eles são filhos e cidadãos do Peru e serão conhecidos como peruanos”.<sup>16</sup> Essa frase faz com os “índios” e/ou “nativos” o mesmo que a Convenção em Paris tinha feito com o calendário cristão — abole a velha designação desprestigiada pelo tempo e inaugura uma época totalmente nova. Assim, “peruanos” e “Ano I” marcam retoricamente uma profunda ruptura com o mundo existente.

Mas as coisas não podiam permanecer muito tempo dessa maneira — precisamente pelas mesmas razões que, antes, haviam precipitado o sentido de ruptura. No último quarto do século XVIII, só a Grã-Bretanha fabricava de 150 mil a 200 mil relógios por ano, muitos deles para exportação. A produção europeia total deve ter ficado perto de 500 mil unidades anuais.<sup>17</sup> Os jornais publicados

14. O jovem Wordsworth estava na França em 1791-92, e mais tarde, em *The Prelude*, escreveu esses famosos versos rememorativos:

“Bliss was it in that dawn to be alive,  
But to be young was very heaven!”

Grifo meu.

[Era uma bênção estar vivo naquele *alvorecer*,/ Mas ser jovem era o próprio paraíso! — N. T.]

15. Lynch, *The Spanish-American revolutions*, pp. 314-5.

16. Cf. cit. acima, capítulo 3.

17. Landes, *Revolution in time*, pp. 230-1, 442-3.

em série já faziam parte integrante da civilização urbana. O mesmo quanto ao romance e sua possibilidade espetacular de representação de ações simultâneas dentro do tempo vazio e homogêneo.<sup>18</sup> Sentia-se cada vez mais que a horologia cósmica que tornara inteligíveis os nossos emparelhamentos transoceânicos sincrônicos acarretava uma visão *serial*, totalmente intramundana, da causalidade social; e essa percepção de mundo agora aprofundava rapidamente a sua influência nas imaginações ocidentais. Assim, é compreensível que, menos de vinte anos após a Proclamação do Ano I, tenham se instituído as primeiras cátedras acadêmicas de história — em 1810, na Universidade de Berlim, e em 1812 na Sorbonne de Napoleão. No segundo quarto do século XIX, a história já se constituía formalmente como uma “disciplina”, com o seu elaborado leque de publicações especializadas.<sup>19</sup> Logo o Ano I cedeu espaço ao ano 1792 d.C., e as rupturas revolucionárias de 1776 e 1792 passaram a ser apresentadas como fenômenos encravados na série histórica e, *portanto, como precedentes e modelos históricos*.<sup>20</sup>

Assim, para os membros dos movimentos nacionalistas, digamos, da “segunda geração”, que se desenvolveram na Europa entre

18. Ver acima, capítulo 1.

19. Ver Hayden White, *Meta-história: imaginação histórica do século XIX* [EDUSP, 1994], pp. 135-43, para uma discussão sofisticada dessa transformação.

20. Mas era um d.C. com uma diferença. Antes da ruptura, esse calendário cristão ainda mantinha, por mais frágil que fosse nas plagas esclarecidas, uma aura teológica cintilando a partir do seu latim medieval. O Anno Domini [d.C., em português: depois de Cristo] evocava aquela irrupção da eternidade dentro do tempo mundano que havia ocorrido em Belém. Depois da ruptura, reduzido ao monogramático d.C., ele se juntou a um a.C. (antes de Cristo), que abrangia uma história cosmológica serial (para a qual a nova ciência da geologia dava grandes contribuições). Podemos avaliar a extensão do abismo entre a.C./d.C. observando que nem o mundo budista nem o mundo islâmico, mesmo hoje, imaginam qualquer época definida como “antes do Gautama Buda” ou “antes da Hégira”. Nenhum dos dois estaria à vontade com o estranho monograma a.C.



1815 e 1850, e também para a geração que herdou os estados nacionais independentes das Américas, já não era possível “recapturar/ o primeiro belo e despreocupado êxtase” dos predecessores revolucionários. Por diferentes razões e com diferentes consequências, os dois grupos, então, deram início ao processo de leitura *genealógica* do nacionalismo — como a expressão de uma tradição histórica de continuidade serial.

Na Europa, os novos nacionalismos começaram quase de imediato a se imaginar “despertando do sono”, imagem totalmente estranha para as Américas. Já em 1803 (como vimos anteriormente no capítulo 4), o jovem nacionalista grego Adamantios Koraes dizia a um receptivo público parisiense: “*Pela primeira vez, a nação [grega] assiste ao medonho espetáculo da sua ignorância e treme ao medir com os olhos a distância que a separa da glória dos seus ancestrais*”. Aqui está perfeitamente exemplificada a transição do novo para o velho tempo. “*Pela primeira vez*” ainda traz os ecos das rupturas de 1776 e 1789, mas os doces olhos de Koraes estão voltados não para a frente, para o futuro de San Martín, e sim para trás, trêmulos, para glórias ancestrais. Não tardaria muito para que essa estimulante duplicidade desaparecesse, substituída por um despertar modular e “contínuo” de um cochilo cronologicamente medido no estilo d.C.: um retorno garantido a uma essência aborígine.

Sem dúvida, muitos elementos diversos contribuíram para a espantosa popularidade dessa metáfora.<sup>21</sup> Para as presentes finalidades, eu mencionaria apenas dois. Em primeiro lugar, a metáfora

21. Ainda em 1951, o inteligente socialista indonésio Lintong Mulia Sitorus podia escrever: “Até o final do século XIX, os povos de cor ainda dormiam profundamente, enquanto os brancos estavam trabalhando com afinco em todos os campos”, *Sedjarah Pergerakan Kebangsaan Indonesia* [História do Movimento Nacionalista Indonésio], p. 5.

levava em conta o senso de paralelismo que havia gerado os nacionalismos americanos e que fora intensamente reforçado pela vitória das revoluções nacionalistas daquele continente. Ela parecia explicar por que os movimentos nacionalistas haviam estranhamente brotado no Velho Mundo civilizado num período tão obviamente *posterior ao do Novo Mundo bárbaro*.<sup>22</sup> Entendido como um despertar tardio, mesmo que estimulado de longe, ela abria uma imensa antiguidade por trás do sono de uma época. Em segundo lugar, a metáfora oferecia um elo figurativo crucial entre a língua e os novos nacionalismos europeus. Como vimos antes, os principais estados da Europa oitocentista eram enormes entidades políticas políglotas, cujas fronteiras quase nunca coincidiam com as comunidades linguísticas. A maioria da população alfabetizada tinha herdado dos tempos medievais o hábito de considerar certas línguas — se não mais o latim, então o francês, o inglês, o espanhol ou o alemão — como línguas de civilização. Na Holanda, os burgueses abastados do século XVIII se orgulhavam de falar apenas o francês dentro de casa; o alemão era a língua da cultura em grande parte do império czarista ocidental, bem como na Boêmia “tcheca”. Até data bem avançada do século XVIII, ninguém achava que essas línguas pertencessem a algum grupo territorialmente definido. Mas logo depois, por razões apresentadas no capítulo 2, os vernáculos “não civilizados” começaram a operar politicamente da mesma forma que, antes, fizera o oceano Atlântico: isto é, a “separar” as comunidades nacionais submetidas dos antigos reinos dinásticos. E como na vanguarda da maioria dos movimentos nacionalistas populares europeus estavam pessoas letradas, em geral *desacostumadas* a usar esses vernáculos, tal anomalia deman-

22. Talvez se possa dizer que essas revoluções, aos olhos dos europeus, eram os primeiros acontecimentos *políticos* realmente importantes que ocorriam do outro lado do Atlântico.

dava uma explicação. A melhor que apareceu foi a do “sono”, pois permitia que essas camadas intelectuais e burguesas, que vinham se conscientizando como tchecas, húngaras ou finlandesas, entendessem os estudos das línguas, dos folclores e das músicas em tcheco, magiar ou finlandês como uma “redescoberta” de algo que, lá no fundo, sempre fora conhecido. (Além disso, depois que se começa a pensar a nacionalidade em termos de continuidade, poucas coisas parecem tão enraizadas historicamente quanto as línguas, cujas origens nunca podem ser fornecidas em termos de datas.)<sup>23</sup>

Nas Américas, o problema se colocava de outra maneira. De um lado, a independência nacional por quase todas as partes tinha sido internacionalmente reconhecida nos anos 1830. Portanto, tinha se tornado uma herança, e, *enquanto tal*, deveria entrar numa série genealógica. Mas o instrumental europeu que se desenvolvia ainda não estava disponível. A língua nunca havia sido uma questão nos movimentos nacionalistas americanos. Como vimos, foi justamente o fato de partilhar com a metrópole a mesma língua (e também a religião e a cultura) que havia possibilitado as primeiras criações de imagens nacionais. Sem dúvida, há alguns casos interessantes em que percebemos uma espécie de pensamento “europeu” já em ação. Por exemplo, o *American dictionary of the English language*, de Noah Webster, de 1828 (ou seja, “de segunda geração”), pretendia fornecer um *imprimatur* oficial para uma língua americana cuja linhagem era diferente da do inglês. No Paraguai, a tradição jesuíta setecentista de usar o guarani permitiu que uma língua “nativa” radicalmente não espanhola se tornasse uma lín-

23. Mas a profundidade histórica não é infinita. Em algum ponto, o inglês desaparece no franco-normando e no anglo-saxão; o francês no latim e no franco-“germânico”, e assim por diante. Veremos adiante como se obteve uma maior profundidade de campo.

gua *nacional*, durante a longa ditadura xenófoba de José Gaspar Rodríguez de Francia (1814-40). Mas, de modo geral, qualquer tentativa de conferir profundidade histórica à nacionalidade por meios linguísticos enfrentou obstáculos insuperáveis. Praticamente todos os crioulos tinham ligações institucionais (através das escolas, dos meios impressos, de hábitos administrativos, e assim por diante) com idiomas europeus, e não indígenas. Qualquer ênfase excessiva sobre as linhagens linguísticas ameaçava apagar justamente aquela “memória da independência”, que era essencial manter.

A solução aplicada tanto no Novo quanto no Velho Mundo foi encontrada na história, ou melhor, na história montada em determinados enredos. Observamos a rapidez com que as cátedras de história se seguiram ao Ano I. Como observa Hayden White, é igualmente surpreendente que os cinco gênios patronos da historiografia europeia tenham nascido no quarto de século que se seguiu à ruptura temporal da Convenção: Ranke em 1795, Michelet em 1798, Tocqueville em 1805, Marx e Burckhardt em 1818.<sup>24</sup> Entre os cinco, talvez seja natural que Michelet, que se autodesignou historiador da Revolução Francesa, seja o que ilustra com maior clareza a criação de imagens nacionais que então se iniciava, pois ele foi o primeiro a escrever conscientemente *em nome* dos mortos.<sup>25</sup> A seguinte passagem é típica:

Oui, chaque mort laisse un petit bien, sa mémoire, et demande qu'on la soigne. Pour celui qui n'a pas d'amis, il faut que le magistrat y supplée. Car la loi, la justice, est plus sûre que toutes nos tendres-

24. *Metahistory*, p. 140. Hegel, nascido em 1770, já estava no final da adolescência quando eclodiu a Revolução, mas as suas *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte* foram publicadas apenas em 1837, seis anos após sua morte.

25. White, *Metahistory*, p. 159.

ses oublieuses, nos larmes si vite séchées. Cette magistrature, c'est l'Histoire. Et les morts sont, pour dire comme le Droit romain, *ces miserabiles personae* dont le magistrat doit se préoccuper. Jamais dans ma carrière je n'ai pas perdu de vue ce devoir de l'historien. J'ai donné à beaucoup de morts trop oubliés l'assistance dont moi-même j'aurai besoin. Je les ai exhumés pour une seconde vie. [...] Ils vivent maintenant avec nous qui nous sentons leurs parents, leurs amis. Ainsi se fait une famille, une cité commune entre les vivants et les morts.<sup>26</sup>

Aqui e em outras passagens, Michelet deixou claro que o objeto da sua exumação não era de forma alguma um conjunto aleatório de mortos anônimos e esquecidos. Eram aqueles cujos sacrifícios, ao longo de toda a história, possibilitaram a ruptura de 1789 e o surgimento autoconsciente da nação francesa, *mesmo quando esses sacrifícios não eram entendidos como tais pelas vítimas*. Em 1842, escreveu ele a respeito desses mortos: “Il leur faut un Oedipe qui leur explique leur propre énigme dont ils n'ont pas eu le sens, qui leur apprenne ce que voulaient dire leurs paroles, leurs actes, qu'ils n'ont pas compris”.<sup>27</sup>

26. Jules Michelet, *Oeuvres complètes*, XXI, p. 268, no prefácio ao volume 2 (“Jusqu'au 18e Brumaire”) da sua inacabada *Histoire du XIXe siècle*. Devo essa referência a *Metahistory*, mas a tradução utilizada por White é insatisfatória. [Sim, cada morte nos deixa um pequeno bem: sua memória, e exige que cuidemos dela. Para aqueles que não têm amigos, é preciso que um magistrado os compense. Pois a lei e a justiça são mais fiéis do que todas as nossas ternuras esquecidas, nossas lágrimas que secam num instante. Esse magistrado é a história. E os mortos são, parafraseando o direito romano, as *miserabiles personae* com quem o magistrado deve se preocupar. Nunca, em minha carreira, perdi de vista esse dever do historiador. Conferi a uma porção de mortos demasiadamente esquecidos a ajuda de que eu próprio irei precisar. Exumei-os para uma segunda vida. [...] Hoje eles vivem entre nós como nossos parentes e amigos. Assim se faz uma família, uma cidade comum entre os vivos e os mortos. — N. T.]

27. Cit. in Roland Barthes (org.), *Michelet par lui-même*, p. 92. O volume das *Oeuvres complètes* com essa citação ainda não foi editado. [É-lhes necessário um Édipo que lhes explique o seu próprio enigma, cujo sentido não entenderam, que

Essa formulação é provavelmente inédita. Michelet não só dizia falar em nome de legiões de mortos anônimos, mas também insistia, com uma autoridade comovente, que saberia dizer o que eles “realmente” quiseram dizer e “realmente” quiseram fazer, visto que eles próprios “não compreenderam”. A partir daí, o silêncio dos mortos não era mais um obstáculo para a exumação de seus mais profundos desejos.

Dentro desse espírito, nas Américas e em outras partes do mundo, uma quantidade sempre maior de nacionalistas “de segunda geração” aprendeu a falar “pelos” mortos, com os quais seria impossível ou indesejável estabelecer uma ligação linguística. Esse ventriloquismo às avessas ajudou a abrir caminho para um *indigenismo* autoconsciente, sobretudo na América Latina. No limite: mexicanos falando em espanhol “em nome” das civilizações “índias” pré-colombianas, cujas línguas eles não entendem.<sup>28</sup> O caráter revolucionário desse tipo de exumação fica muito claro se o compararmos à formulação de Fermín de Vargas citada no capítulo 1. Pois, enquanto Fermín ainda pensava animadamente em “extinguir” índios vivos, muitos de seus netos políticos ficaram obcecados em “lembrar” e até “falar em nome” deles, talvez justamente porque já estivessem em boa parte *extintos*.

#### O FRATRICÍDIO TRANQUILIZADOR

É extraordinário que o foco de atenção nas formulações “de segunda geração” de Michelet seja sempre a exumação de pessoas

lhes ensine o que queriam dizer as suas palavras, os seus atos, que eles não compreenderam. — N. T.]

28. Por outro lado, existe uma única estátua de Hernán Cortés em todo o México. Esse monumento, discretamente escondido num nicho da Cidade do México, só foi colocado ali no final dos anos 1970, pelo regime odioso de José López Portillo.

e fatos em risco de esquecimento.<sup>29</sup> Ele não vê necessidade alguma de refletir sobre “esquecer”. Mas em 1882 — mais de um século depois da Declaração da Independência na Filadélfia e oito anos após a morte de Michelet —, quando Renan publicou o seu *Qu'est-ce qu'une nation?*, o que o preocupou foi exatamente a necessidade de esquecer. Por exemplo, vejamos outra vez a formulação citada no capítulo 1:

Or, l'essence d'une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun et aussi que tous aient oublié bien des choses. [...] Tout citoyen français *doit avoir oublié* la Saint-Barthélemy, les massacres du Midi au XIII<sup>e</sup>. siècle.<sup>30</sup>

À primeira vista, essas duas frases podem parecer simples e diretas.<sup>31</sup> Mas alguns momentos de reflexão mostram como elas são realmente estranhas. Nota-se, por exemplo, que Renan não vê necessidade de explicar aos leitores o que significa “la Saint-Barthélemy” ou “les massacres du Midi au XIII<sup>e</sup>. siècle”. Mas quem, senão os “franceses”, por assim dizer, entenderiam de imediato que

29. Decerto porque, durante boa parte da sua vida, ele sofreu sob as legitimidades restauradas ou substitutivas. Seu compromisso com 1789 e a França fica visível, de forma comovente, na sua recusa em prestar juramento de lealdade a Luís Napoleão. Bruscamente demitido do seu cargo como arquivista nacional, ele viveu praticamente na pobreza até a sua morte, em 1874 — tempo suficiente, porém, para presenciar a queda do charlatão e a restauração das instituições republicanas.

30. Renan nasceu em 1823, um quarto de século depois de Michelet, e passou grande parte da juventude sob o regime oficial cinicamente nacionalista do perseguidor de Michelet. [Ora, a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas. [...] Todo cidadão francês deve ter esquecido a noite de São Bartolomeu, os massacres do sul no século XIII. — N. T.]

31. Assim entendi em 1983, infelizmente.

“la Saint-Barthélemy” se refere ao furioso ataque anti-huguenote do monarca de Valois, Carlos IX, e de sua mãe florentina, em 24 de agosto de 1572; ou que “les massacres du Midi” designam o extermínio dos albigenses na larga área entre os Pireneus e os Alpes do Sul, instigado por Inocência III, um dos mais culpados numa longa série de papas culpados? E Renan também não achou nada esquisito esperar que os seus leitores tivessem “memória” de acontecimentos ocorridos trezentos e seiscentos anos antes. O que espanta também é a sintaxe peremptória de *doit avoir oublié* (e não *doit oublier*) — “já devem ter esquecido” — que sugere, no tom cavernoso dos códigos tributários e das leis de serviço militar, que “já ter esquecido” antigas tragédias é um dever cívico contemporâneo de primeira importância. Com efeito, Renan diz aos leitores que estes “já tinham esquecido” o que as suas próprias palavras supunham que eles lembrariam naturalmente!

Como explicar esse paradoxo? Podemos começar observando que a singular designação *em francês* “la Saint-Barthélemy” abrange indistintamente quem matou e quem morreu — isto é, aqueles católicos e protestantes que desempenharam um papel apenas local na vasta Guerra Santa, nada santa, que assolou o centro e o norte da Europa durante o século XVI, e que certamente não se sentiam num mútuo aconchego enquanto “franceses”. Da mesma forma, a expressão “os massacres do sul no século XIII” anula as vítimas e os assassinos por trás da pura francesice do “Midi”. Ele não precisa lembrar aos seus leitores que a maioria dos albigenses assassinados falava provençal ou catalão, e que os assassinos vinham de muitas partes da Europa Ocidental. O efeito dessa topologia é representar os episódios dos gigantescos conflitos religiosos europeus da Idade Média e do começo da Idade Moderna, como guerras tranquilizadamente fratricidas entre — quem mais? — conterrâneos franceses. Como podemos confiar que a imensa maioria dos contemporâneos franceses de Renan, deixa-

dos a si mesmos, nunca tinha ouvido falar em “la Saint-Barthélemy” nem nos “massacres du Midi”; percebemos então uma campanha historiográfica sistemática, empreendida pelo Estado sobretudo através do sistema de ensino público, para “lembrar” toda a juventude francesa de uma série de carnificinas antigas agora inscritas como “história de família”. Dever “já ter esquecido” tragédias que precisam ser incessantemente “lembradas” revela-se um mecanismo típico na construção posterior das genealogias nacionais. (É instrutivo que Renan *não* diga que todo cidadão francês precisa “já ter esquecido” a Comuna de Paris. Em 1882, ela ainda não era um mito e a sua lembrança permanecia viva e dolorosa o bastante para que não fosse tão fácil entendê-la sob o signo do “fratricídio tranquilizador”.)

Desnecessário dizer que, em tudo isso, não havia, e nem há, nada de especialmente francês. Uma enorme indústria didática trabalha incessantemente para obrigar a juventude norte-americana a lembrar/esquecer as hostilidades de 1861-65 como uma grande guerra “civil” entre “irmãos”, em vez de (como foram por um breve tempo) dois estados nacionais soberanos. (Mas podemos ter certeza de que, se a confederação tivesse conseguido manter a independência, essa “guerra civil” teria sido substituída na memória por algo nada fraterno.) Os manuais de história inglesa oferecem o espetáculo divertido de um grande Pai Fundador, e todas as crianças aprendem a chamá-lo de Guilherme, o Conquistador. As mesmas crianças, porém, não aprendem que Guilherme não falava inglês, e nem poderia, pois a língua inglesa não existia naquela época; e tampouco lhes informam “Conquistador de quê?”. Pois a única resposta inteligível moderna seria “Conquistador dos ingleses”, o que converteria o velho predador normando em precursor mais bem-sucedido de Napoleão e de Hitler. Dessa maneira, “o Conquistador” opera como o mesmo tipo de eclipse de “la Saint-Barthélemy”, para lembrar alguém de

algo que se deve esquecer imediatamente. Assim, o normando Guilherme e o saxão Haroldo se encontram no campo de batalha de Hastings, se não como parceiros de dança, pelo menos como irmãos.

Mas, com certeza, é demasiado fácil atribuir esses antigos fratricídios tranquilizadores aos cálculos frios de funcionários públicos. Num outro nível, eles refletem uma profunda remodelagem da imaginação, da qual o Estado mal tinha consciência e sobre a qual ele tinha, e ainda tem, pouco controle. Nos anos 1930, muitas pessoas de várias nacionalidades foram lutar na península Ibérica porque viam aí uma arena onde se digladiavam causas e forças históricas globais. Quando o longo regime de Franco construiu o Vale dos Caídos, ficou determinado que só poderiam ser enterrados na lúgubre necrópole aqueles que, segundo o regime, haviam tombado na luta mundial contra o bolchevismo e o ateísmo. Mas, às margens do Estado, já estava surgindo a “memória” de uma Guerra Civil “Espanhola”. Foi apenas depois da morte do ardiloso tirano e da transição surpreendentemente tranquila para a democracia burguesa — na qual ela desempenhou um papel fundamental — que essa “memória” tornou-se oficial. De forma bastante parecida, a enorme guerra de classes que se alastrou entre o Pamir e o Vístula, entre 1918 e 1920, foi lembrada/esquecida nos filmes e na literatura soviética como a “nossa” guerra civil, enquanto o Estado soviético, no geral, manteve uma leitura marxista ortodoxa dessa luta.

Sob esse aspecto, os nacionalismos crioulos das Américas são particularmente esclarecedores. Pois, de um lado, os estados americanos, durante muitas décadas, foram fracos, efetivamente descentralizados e bastante modestos em suas ambições pedagógicas. Por outro lado, as sociedades americanas, em que os colonos “brancos” eram contrapostos aos escravos “negros” e aos “nativos” semiexterminados, estavam internamente divididas de uma

maneira sem nenhum paralelo na Europa. Mas a criação de imagens daquela fraternidade, sem a qual não pode nascer a ideia de um fratricídio tranquilizador, aparece muito cedo, e com uma popularidade curiosamente autêntica. Esse paradoxo tem um excelente exemplo nos Estados Unidos.

Em 1840, em meio a uma guerra brutal de oito anos contra os seminóis da Flórida (na mesma época em que Michelet invocava o seu Édipo), James Fenimore Cooper publicou *The Pathfinder*, o quarto dos seus cinco *Leatherstocking tales*, de imensa popularidade. O que é central nessa novela (e em todas as demais, exceto na primeira) é o que Leslie Fiedler chamou de “amor austero, quase inarticulado, mas incontestado” entre o mateiro “branco” Natty Bumppo e o nobre cacique Chingachgook (“Chicago”!) de Delaware.<sup>32</sup> No entanto, o cenário renasce dessa irmandade não é a década sangrenta de 1830, e sim os últimos anos esquecidos/lembrados do domínio imperial britânico. Os dois homens são apresentados como “americanos” lutando pela sobrevivência — contra os franceses, seus aliados “nativos” (os “diabólicos *mingos*”) e os agentes traiçoeiros de Jorge III.

Quando Herman Melville, em 1851, descreveu Ismael e Queequeg comodamente deitados na mesma cama na Estalagem do Jorro (“lá, então, na lua de mel dos nossos corações, estávamos dei-

32. Ver o seu *Love and death in the American novel*, p. 192. Field interpretou essa relação em termos psicológicos e a-históricos, como exemplo da incapacidade da literatura americana em tratar o amor homossexual adulto e da sua obsessão com a morte, o incesto e o homoerotismo inocente. Suspeito que aqui, mais do que um erotismo nacional, trata-se de um nacionalismo erotizado. As ligações masculinas numa sociedade protestante que, desde o início, proibiu a miscigenação têm um paralelo nos “amores sagrados” entre homem e mulher da literatura nacionalista na América Latina, onde o catolicismo permitiu o crescimento de uma grande população mestiça. (É significativo que o inglês tenha tomado o termo “*mestizo*” de empréstimo ao espanhol.)

tados eu e Queequeg”), o nobre selvagem polinésio foi ironicamente norte-americanizado da seguinte maneira:<sup>33</sup>

[...] certo era que a sua cabeça constituía um excelente exemplar frenológico. Pode parecer ridículo, mas ela me lembrava a cabeça de George Washington, como aparece nos seus bustos populares. Ela tinha a mesma longa inclinação, projetando-se para trás de maneira regular e gradual, acima das sobrancelhas, as quais eram também muito salientes, como dois longos promontórios densamente arborizados no alto. Queequeg era um George Washington canibal.

Coube a Mark Twain criar em 1881, bem depois da “Guerra Civil” e da Proclamação de Emancipação de Lincoln, a primeira imagem indelével do negro e do branco como “irmãos” norte-americanos: Jim e Huck amistosamente à deriva pelo vasto Mississippi.<sup>34</sup> Mas o cenário é um *antebellum* lembrado/esquecido em que o negro ainda é escravo.

Essas notáveis criações imaginárias oitocentistas da fraternidade, surgindo “naturalmente” numa sociedade fraturada pelos mais violentos antagonismos raciais, classistas e regionais, mostram da maneira mais clara possível que o nacionalismo na época de Michelet e Renan representava uma nova forma de consciência — que brotou quando não era mais possível vivenciar a nação como novidade, como o momento supremo da ruptura.

33. Herman Melville, *Moby Dick*, p. 71. Como o autor deve ter saboreado a maliciosa frase final!

34. Convém observar que *Huckleberry Finn* foi publicado poucos meses antes da evocação renasce de “la Saint-Barthélemy”.

Todas as mudanças profundas na consciência, pela sua própria natureza, trazem consigo amnésias típicas. Desses esquecimentos, em circunstâncias históricas específicas, nascem as narrativas. Depois de passar por transformações emocionais e fisiológicas da puberdade, é impossível “lembrar” a consciência da infância. Quantos milhares de dias transcorridos entre a primeira infância e o começo da idade adulta desaparecem para além de qualquer evocação direta! Como é estranho precisar da ajuda de alguém para saber que aquele bebê nu na fotografia amarelada, esparramado todo feliz no tapete ou na caminha, é você! A fotografia, belo fruto da era da reprodução mecânica, é apenas o mais definitivo exemplar dentre um enorme acúmulo moderno de evidências documentais (certidões de nascimento, diários, fichas de anotações, cartas, registros médicos e similares) que registra uma certa continuidade aparente e, ao mesmo tempo, enfatiza a sua perda na memória. Desse estranhamento deriva um conceito de pessoa, de *identidade* (sim, você e aquele bebezinho são idênticos), a qual, por não poder ser “lembrada”, precisa ser narrada. Contra a demonstração biológica de que cada célula do corpo humano é substituída em sete anos, as narrativas biográficas e autobiográficas inundam os mercados do capitalismo editorial ano após ano.

Essas narrativas, tal como os romances e jornais tratados no capítulo 1, são situadas no tempo vazio e homogêneo. É por isso que tantas autobiografias começam narrando circunstâncias referentes aos pais e avós, em relação aos quais o autobiógrafo só pode dispor de evidências textuais circunstanciais; e é por isso que o biógrafo tem dificuldade em registrar as datas, pelo calendário cristão, de dois fatos biográficos que o seu tema biografado nunca pode lembrar: os dias do nascimento e da morte. Não há nada que acentue melhor a modernidade dessa narrativa do que o início do

Evangelho segundo São Mateus. Pois o evangelista nos apresenta uma sóbria lista de trinta homens em sucessivas gerações, desde o patriarca Abraão até Jesus Cristo. (Apenas uma mulher é mencionada uma vez, e não por ser a genitora, e sim por ser uma moabita não judia.) Não há nenhuma data para esses antepassados de Jesus, e muito menos qualquer informação política, fisiológica, cultural ou sociológica. Esse estilo narrativo (o qual também reflete a ruptura-em-Belém que se tornou memória) era totalmente razoável para o genealogista sagrado porque ele não concebia Cristo como uma “personalidade” histórica, mas exclusivamente como o verdadeiro Filho de Deus.

O que ocorre com as pessoas modernas ocorre também com as nações. A consciência de estarem inseridas no tempo secular e serial, com todas as suas implicações de continuidade e, todavia, de “esquecer” a vivência dessa continuidade — fruto das rupturas do final do século XVIII —, gera a necessidade de uma narrativa de “identidade”. Está posta a tarefa para o magistado de Michelet. E, no entanto, há uma diferença central de função entre as narrativas pessoais e as nacionais. Na história secular da “pessoa”, há um começo e um fim. Ela surge dos genes dos pais e das circunstâncias sociais, subindo a um palco histórico efêmero, onde desempenhará um papel até a sua morte. Depois disso, nada resta além da penumbra da fama ou da influência que perdura. (Imaginem como hoje seria estranho concluir uma biografia de Hitler dizendo que, em 30 de abril de 1945, ele foi direto para o inferno.) As nações, porém, não possuem uma data de nascimento claramente identificável, e a morte delas, quando chega a ocorrer, nunca é natural.<sup>35</sup> Como não existe um criador original da nação, sua biografia nunca pode ser escrita de uma forma evangélica, “avançan-

35. O neologismo “genocídio” para designar esses holocaustos foi cunhado em data muito recente.

do no tempo” ao longo de uma cadeia generacionista de procriações. A única alternativa é moldá-la “recuando no tempo” — até o homem de Pequim, o homem de Java, o rei Artur, onde quer que a lâmpada da arqueologia lance a sua luz oscilante. Essa modelagem, porém, é marcada por mortes que, numa curiosa inversão da genealogia convencional, começam num presente originário. A Segunda Guerra Mundial gera a Primeira Guerra Mundial; de Sedan vem Austerlitz; o antepassado do Levante de Varsóvia é o Estado de Israel.

Mas as mortes que estruturam a biografia de uma nação são de um tipo específico. Ao longo das 1 200 páginas do seu impressionante *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Fernand Braudel menciona “la Saint-Barthélemy” de Renan apenas de passagem, embora o fato tenha se dado exatamente *nel mezzo del camin* do reinado do monarca Habsburgo. “Les événements”, escreve o Mestre (vol. 2, p. 223) “sont poussière; ils traversent l'histoire comme des lueurs brèves; à peine naissent-ils qu'ils retournent déjà à la nuit et souvent à l'oubli”.\* Para Braudel, as mortes que importam são aquelas miríades de fatos anônimos, que, somados e tabulados em índices médios de mortalidade por século, lhe permitem mapear as condições de vida (de lenta transformação) para milhões de pessoas anônimas cuja nacionalidade seria a última coisa a ser perguntada.

Dos cemitérios implacavelmente crescentes de Braudel, porém, a biografia da nação agarra, à revelia dos índices de mortalidade, aqueles suicídios exemplares, os martírios dolorosos, os assassinatos, as execuções, as guerras e os holocaustos. Mas, para servir à finalidade narrativa, essas mortes violentas precisam ser lembradas/esquecidas como “nossas” mortes.

\*“Os acontecimentos são poeira; eles atravessam a história como breves lampejos; mal nascem e já retornam à noite e amiúde ao esquecimento.” [N. T.]

## Posfácio\*

### Percursos e passagens: sobre a geobiografia de *comunidades imaginadas*

Decorridos quase 25 anos desde a primeira edição de *Comunidades imaginadas*, parece possível traçar a história dos seus percursos à luz de alguns temas centrais do próprio livro: o capitalismo tipográfico, a cópia pirateada no sentido metafórico positivo, a vernacularização e o casamento indissolúvel entre o nacionalismo e o internacionalismo.

De modo geral, ainda são bastante raros os estudos sobre a difusão transnacional dos livros, exceto no campo da história literária, onde Franco Moretti forneceu um exemplo extraordinário. Há material para algumas reflexões comparativas preliminares. No final de 2006, o livro (a partir daqui, citado como C1) terá sido editado em trinta países e em 37 línguas.<sup>1</sup> Essa difu-

\* Este posfácio não teria sido possível sem a ajuda generosa do meu irmão Perry, sobretudo, mas também de Choi Sung-eun, Yana Genova, Pothiti Hantzaroula, Antonis Liakos, Silva Meznaric, Göran Therborn e Tony Wood, aos quais eu gostaria de agradecer profundamente.

1. Além de ser sucinta, a abreviatura C1 dá um certo repouso a duas palavras que agora estão exânimes, depois que os vampiros da banalidade lhes sugaram quase todo o sangue.